

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL
ARQUIVO CIENTÍFICO TROPICAL

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual com referência da fonte conforme abaixo se indica.

RITA-FERREIRA, António – *António Rita-Ferreira (depoimento, 2012)*. Lisboa: ICT, 2013. 22 p.

ANTÓNIO RITA-FERREIRA
(Depoimento, 2012)

Lisboa
2013

Transcrição

Nome do entrevistado: António Rita-Ferreira

Local da entrevista: Bicesse

Data da entrevista: 20 de maio, 24 de junho e 19 de julho de 2011

Nome do projecto: «Património científico: colecções e memórias»

Entrevistadora: Cláudia Castelo

Imagem: Rogério Abreu

Transcrição: Maria João Abreu

Data da transcrição: 24 de outubro de 2011

****** A transcrição foi revista, reformulada e editada pelo entrevistado em 13 de abril de 2012. A consulta da gravação integral da entrevista pode ser feita no IICT.

Cláudia Castelo (CC): Senhor António Rita-Ferreira, gostaria que comesse por nos falar das suas origens familiares, dos seus pais, dos seus primeiros anos de vida.

António Rita-Ferreira (ARF): As raízes e as circunstâncias que transformaram o ignoto menino que em 1924 desembarcou ao colo da mãe, num estudante aplicado da antropologia cultural e da etno-história dos povos indígenas de Moçambique.

Quer saber as datações dessa escalada, desse “subir a pulso”? Não é fácil acertar. Não faltam velhos da minha geração que gostem de falar no passado. Comigo acontece o contrário, da mesma maneira que acontecia com meus pais. E não gostávamos de falar no nosso passado porque ele nada teve de alegre, amoroso, atraente, compensador. Pelo contrário, foi recheado de obstáculos, restrições, amarguras, esgotantes esforços, vinganças de despeitados, etc.

Os meus dois avós devem ter chegado a Lourenço Marques entre 1905 e 1910. O paterno José António Ferreira Seca residia em Figueira de Castelo Rodrigo, sede do concelho. Desembarcou trazendo consigo um menino, nascido a 25 dezembro 1895, a quem deram o nome de António do Nascimento Ferreira. O meu avô trabalhou como pedreiro no prolongamento da ponte-cais. Alguém me disse que isto sucedeu no tempo do major de engenharia Freire de Andrade, que a história indica como sendo governador-geral desde outubro 1906 até novembro 1910. Regressou a Portugal quando acabou o contrato. Aqui aparece a história verídica de pretender deixar o filho em Luanda, onde se tinha fixado um contrabandista. O rapaz fugiu e, regressando sorrateiramente ao navio, escondeu-se no interior de um escaler de salvação coberto de lona como todos. Só se apresentou no mar alto, para ser soado como merecia nesses duros tempos. Alguém me contou que passou algum tempo na terra natal onde, com outros, “varria feiras a varapau” (sic). Ainda conheceu o avô, destro pastor de ovelhas capaz de guiar o rebanho com assobios e também o mais hábil fundibulário da região, “metendo a pedra onde queria”. Mais tarde veio a fixar-se no Porto, onde aprendeu o ofício de serralheiro mecânico. Nunca citou pormenores sobre esta fase da sua vida. Deve ter frequentado qualquer escola, porque escrevia sem erros e com magnífica caligrafia.

Minha mãe, Amélia Monteiro Rita, nasceu em 1896 na freguesia de Mata de Lobos. O seu pai e meu avô, João Monteiro Rita, deve ter emigrado para Lourenço Marques pouco depois, conseguindo emprego como chefe de estação (Pessene?) na linha-férrea para a África do Sul. Logo que possível mandou vir a mulher e a filha. Sobre a sua chegada não coincidem as versões da família. Segundo uns a minha avó materna, Luísa Ribeiro, faleceu quinze dias depois do desembarque, vítima de uma forma rápida e mortal da malária, chamada “perniciosa”. Segundo outros, a mãe e a filha viveram algum tempo na estação, sendo aí que teria ocorrido o falecimento. Quem acolheu a órfã, então com cerca de cinco anos, foi Aires Ribeiro, seu tio materno, com 25 anos de idade, chegado em 1904.

Felizmente que em Lourenço Marques, já havia um estabelecimento escolar para o sexo feminino: o “Instituto de Ensino Rainha D. Amélia”. Era dependente da Diocese e dirigido por Irmãs Hospitaleiras, de origem francesa. Depois das reparações feitas numa célebre “casa de ferro”, em tempos adquirida e montada para servir de instalação ao governo-geral e aos seus subalternos, foi a mesma entregue àquele Instituto. Desconheço a data em que Aires Ribeiro conseguiu ali internar a sobrinha. Minha mãe recordava-se da visita que o Príncipe Real lhes fez em 1907. Também se recordava que haviam cantado em francês as “boas-festas” que prestaram ao ilustre visitante. Foi ali decerto, que aprendeu a arte da costura.

Ignoro em que data o meu avô e a minha futura mãe regressaram à sua aldeia de Mata de Lobos, vizinha de Escalhão, onde julgo ter nascido Eduardo Lourenço. Sei que meu avô casou em segundas núpcias com uma Virgínia Garcia que deu à luz meu tio Abílio Garcia Rita, que também veio a emigrar para Moçambique. Nada sei sobre este período. Parece que o João Monteiro Rita visitou pela última vez a terra natal, quando a filha já tinha 18 anos. Regressou de novo a Moçambique, onde veio a falecer.

Os meus pais casaram a 23 janeiro 1921. Como era norma nessa época, o marido deixou a grávida e emigrou para África. Graças a uma “Cédula de Inscrição Marítima”, emitida pela Capitania do Porto de L. Marques, vim a apurar que, desde 5 abril a 22 maio 1923, serviu como 3.º maquinista no vapor “Manica”. Repetiu as mesmas funções no vapor “Luabo”, desde 22 maio 1923 a 24 abril 1924.

Nasci a 14 novembro 1922. Em meados de 1924 minha mãe regressou a Lourenço Marques. Por iniciativa do ministro Andrade Corvo (quando Lourenço Marques nem sequer era vila) desembarcou ali em 1876 uma expedição de engenharia encarregada de demarcar uma grande e moderna cidade. Foi esta data que veio a dar o nome da maior e futura praça. Graças à sua competência e larga visão, os engenheiros apresentaram o plano mais grandioso de todo o Ultramar. Lourenço Marques foi elevada a vila em dezembro daquele ano. No ano seguinte subiu à categoria de cidade. A capital até então na Ilha de Moçambique foi legalmente para aí transferida em 1895. Mas a transferência efetiva só ocorreu em maio 1907. Não sei como foram calculados, distribuídos ou vendidos os lotes de terreno entre as longas avenidas traçadas em ângulos retos, com passeios laterais e arvoredos. Vêm daí as definições de Alexandre Lobato: a “cidade das acácias vermelhas” e “a mais graciosa cidade do ultramar português”.

O meu pai – já trabalhando na ponte-cais como operador de maquinaria elétrica – acabou por comprar, na década de 1920, um bom terreno, no centro da cidade, com uma melhor casa de madeira e zinco e finas redes metálicas nas janelas. O quintal era grande e embelezado por um gigantesco eucalipto. Abundavam ali insetos de todo o género, esses grandes rivais dos seres humanos em África: as térmitas carcomiam o interior dos toros que serviam de alicerces à moradia; as baratas domésticas eram tantas que minha mãe, dia a dia, as tentava matar com água a ferver; as moscas transmissoras de tantas doenças, ficavam coladas a umas fitas especiais que se penduravam no teto; o zumbir dos mosquitos era incessante sobre as nossas camas que pareciam gaiolas cobertas por finas redes. Não admira que o teto servisse de abrigo a uma colónia de morcegos. Saíam em chiadeira, depois do poente. Também assisti, pela primeira vez, à passagem de uma gigantesca nuvem de gafanhotos voadores tão densa que escondia o sol. Graças ao quinino devo ter criado resistências contra a malária.

Meus pais faziam grandes esforços para aumentar as receitas domésticas. Arrendaram um dos quartos a um casal de conterrâneos. Minha mãe teve um ou mais comensais, sempre conterrâneos. No quintal criava patos e galinhas. Tínhamos dois serviçais indígenas, os chamados “moleques”. Cozinha-se num grande forno com chaminé para o exterior. O carvão de pedra era recolhido por o meu pai junto dos vagões sul-africanos que vinham descarregar esse minério que depois enchia os porões de grandes navios.

Já se contavam por milhares as famílias europeias que viviam nas mesmas condições. Havia também bastantes estrangeiros. Destacando-se os ingleses que exploravam a central elétrica perto da nossa casa. Eram também vizinhos os padeiros gregos, os merceeiros chineses, o fotógrafo mauriciano. O vendedor de frutas e legumes era “monhé” como se designavam os indianos.

CC: Passou a infância em Lourenço Marques sem regressar à metrópole? Ou vinha cá de férias?

ARF: Sim. Viemos só uma vez a Portugal, em 1933. Não me lembro se a casa ficou alugada. Justamente nesse ano, foi Salazar nomeado primeiro-ministro. Pouco depois publicou o Ato Colonial, a Carta Orgânica e a Reforma Administrativa Ultramarina. Só recentemente vim a descobrir que as nossas férias ocorreram nesse célebre ano, porque ele esteve ligado a um raro fenómeno astronómico, a “chuva de estrelas” provocado pela cauda de um cometa quando atravessou a atmosfera. Recordo bem o mulhério aterrorizado, correndo para a igreja com as saias apanhadas, gritando que era “o fim do mundo”. Meu pai tinha alugado uma casa com dois pisos e exteriormente com uma escada de granito. Matriculei-me na terceira classe da escola local. Tenho uma fotografia com os 28 alunos e os quatro professores. Muito embora tivesse direito, de 5 em 5 anos, a uma “licença graciosa” na Metrópole, essas férias de 1933 foram as únicas que a família gozou durante os muitos anos que meu pai serviu no porto como operador de maquinismos movidos a eletricidade.

CC: Quando regressou a Lourenço Marques continuou o seu percurso escolar?

ARF: De regresso a Lourenço Marques passei para a quarta classe. Terminei a instrução primária com a classificação de “muito bom”. Matriculei-me no primeiro ano do liceu em 1 fevereiro 1935. Usei sempre os carros elétricos nas idas e vindas. Tive bastantes colegas goeses e mestiços. Particpei nas grandes homenagens feitas ao Presidente da República, General Fragoso Carmona. Durante essa visita, ocorreu um incidente que desencadeou em meu pai mais um violento acesso de raiva. Aconteceu que todos os estudantes do liceu, sob comando do professor de ginástica, tiveram que desfilar, formados em pelotões, ao longo de uma das avenidas. Para marcharmos a compasso recorreu ao conhecido tambor militar de duas baquetas. Perguntou se alguém o sabia manipular. Fui o único que levantou o braço. Por mero acaso, meu pai assistiu a este desfile. Quando regressei a casa, em vez de elogios ouvi repreensões ferocíssimas devido à humilhação de toda a família. Não podia tolerar que um filho seu se tivesse rebaixado até ao ponto de servir como reles aprendiz de tambor. O que iriam comentar os seus amigos, parentes, colegas, beirões, vizinhos e, na generalidade, tantas pessoas conhecidas?

Entretanto meu pai, nos meus 15 anos, obtivera o empréstimo do Montepio que lhe permitiu construir uma casa de alvenaria na metade interior e mais elevada do seu terreno. Ainda recordo como foi difícil abater o velho eucalipto. Não me lembro se alugou a casa de madeira e zinco. A casa nova era confortável e respeitava as civilizadas exigências camarárias. Dispunha de uma cave com duas divisões: uma para arrumar os excedentes e outra para meu pai instalar a sua oficina de serralheiro.

CC: Que recordações guarda do liceu? Quais as disciplinas que mais lhe interessavam?

ARF: No liceu, as minhas preferências foram sempre para as disciplinas de Desenho Visual, História, Geografia, Português e Literatura. Meu pai, que nem jornais ou revistas comprava, proibiu-me terminantemente que lesse quaisquer outros livros que não fossem os adotados no liceu. Foi por isso que pedi a um meu colega e vizinho que guardasse na sua casa os livros que, às escondidas, eu ia colecionando até recorrendo a sorradeiras furtadelas. Lembro bem o dia em que me surpreendeu com uma obra emprestada que tinha escondido sob o colchão. Aos berros e com os olhos arregalados como sempre, rasgou furiosamente o livro brochado.

Coitado dele! Embora sofresse de bronquite asmática, trabalhava com frequência em turnos extraordinários. Não raro aguentava 24 horas seguidas. Por vezes, quando era preciso levar-lhe refeições, tinha eu que subir ao guindaste, pisando com grande cautela a escada estreita, perpendicular e sem varões. Já em plena adolescência e por sua decisão eu e meu irmão fomos integrados em grupos de escuteiros. Quando estes foram substituídos pela Mocidade Portuguesa, fui incorporado nas “milícias”, grupos paramilitares que aprendiam não só a acampar e a desfilar, mas também a manejar, limpar e desfechar armas de guerra.

CC: Quando terminou o liceu, começou logo a trabalhar?

ARF: Após terminar o liceu, raro era o dia, em que meu pai, sempre irascível, dava a entender que me cumpria procurar algures emprego e alojamento. Graças a um amigo dos seus tempos na tropa, conseguiu que eu aprendesse datilografia numa repartição pública. Ali estive alguns meses a trabalhar de graça mas já transformado em bom datilógrafo. Sofri muito ao comparar o meu triste destino com o dos ex-colegas que, alegremente, embarcaram para Portugal onde iriam frequentar cursos do ensino superior. Tal aconteceu com meu irmão Aníbal, que, dois anos depois, optou pela agronomia.

Julgo ter sido minha mãe que meteu uma “cunha” para conseguir a admissão como aspirante no “quadro administrativo”, designação popular dos Serviços de Administração Civil. Quando a minha mãe, na sua infância frequentou o já referido Instituto Rainha D. Amélia, teve uma colega da família Ferraz de Freitas. Um filho dessa colega chefiava a Secção do Pessoal da Direcção dos Serviços. Fui colocado na circunscrição do Mongincual, ao sul da Ilha de Moçambique. A legislação salazariana dividiu os domínios africanos em províncias e estas em concelhos e circunscrições. Os primeiros reservavam-se aos centros urbanos, as segundas dividiam-se em postos. Como consta da separata que aqui tenho de 1 janeiro 1946, havia então em Moçambique nada menos do que 12 concelhos, 68 circunscrições e 129 postos.

Só muito mais tarde, vim a reconhecer como era antiquada a política colonial do Estado Novo. Tanto na escola como no liceu nunca ouvimos referências a Moçambique. Os próprios professores ignoravam tudo sobre a colónia. O ensino era concentrado no Portugal metropolitano, como por exemplo os afluentes do Douro e as estações do caminho-de-ferro entre Lisboa e o Porto. Era total a nossa ignorância sobre os povos que iríamos administrar.

CC: Quer-nos falar um pouco desta sua primeira experiência de trabalho na circunscrição do Mongincual?

ARF: Na circunscrição do Mongincual havia três postos; Liupo, Quinga e Quixaxe. Pela primeira vez reparei que os Chefes de Posto agiam de modo quase independente. Na sede eram raras as casas de alvenaria. Entre estas estava a enfermaria e a casa do administrador. Surpreendeu-me a importância que tinha a religião maometana, vestindo-se os seus crentes de Cambaia de cofiós brancos (nome dado pelos moçambicanos a um simples barrete). Devo esclarecer que do uniforme oficial dos milhares de sipaios também constava um cofiô mas de cor vermelha. Ao contrário do que sucedia no Sul, a grande maioria dos cantineiros eram provenientes da Índia portuguesa ou britânica, de várias origens e religiões. Recordarei sempre a observação feita, sobre política indígena” por um deles que se destacava pela sua cortesia e inteligência: “Senhor aspirante, o preto acima de tudo gosta de ouvir boas palavras”. Talvez quisesse aludir ao facto de muitos europeus, mesmo os semianalfabetos, tratarem os indígenas com grosseria e arrogância. Aqui pude observar, pela primeira vez, as violências que se cometiam para obrigar os indígenas de ambos os sexos a cultivarem, colherem, embalarem, transportarem e venderem o algodão, em feiras controladas pela administração. A concessão pertencia um célebre João Ferreira dos Santos, com sede na Ilha de Moçambique que, segundo constava, tinha chegado de Portugal na maior penúria.

Posso aludir a um conto folclórico que recolhi sobre a artimanha usada por dois astutos nativos da etnia macua para conseguirem enganar um rico comerciante indiano. Também constatei, pela primeira vez, a evidente e espantosa resistência à dor, que parece comum nos indivíduos de raça negra. O administrador recebeu uma queixa contra certo homem que vinha cometendo desacatos. Quando se aproximava da Administração, sob prisão de um sipaio, logo notámos que coxeava. Levantou sem hesitação o pano com que cobria a bacia. Horrorizados notámos que, para evitar o provável castigo, fizera um golpe no escroto e, impassível, com um sorriso algo irónico, exibia um dos testículos que saltara para o exterior! Não me recordo se e como foi tratado pelo enfermeiro.

Foi também aqui que pude seguir de perto um caso autêntico de discriminação racial. Foi ele que me serviu para descrever uma das figuras mais importantes que aparecem na obra de ficção literária que, anos depois, vim a produzir com o título de *Nhanguro*. Para se compreender a importância do facto, convém relembrar que os funcionários da Administração Civil, do mesmo modo que os diplomatas e os oficiais da carreira militar, não podiam contrair matrimónio quer com estrangeiras quer com mulheres de mau comportamento, quer com mestiças e indianas. A autorização para o casamento devia ser requerida ao governador-geral. Era organizado um processo onde, além da certidão de nascimento da noiva, constavam informações sobre a sua família. Os superiores hierárquicos davam os pareceres. Caso o despacho governamental fosse favorável, era finalmente emitida a licença para casamento.

Aconteceu que o secretário Aristides viveu maritalmente com uma mestiça durante alguns anos, numa casa alugada. Chamava-se Albertina. Quando esse secretário se deslocou a L. Marques para participar no concurso de administradores, os membros da sua família, convenceram-no a contrair matrimónio com uma atraente e educada jovem recém-chegada de Portugal. Tinham razão porque, quando fosse promovido a administrador, seria obrigado a ocupar a casa do Estado e a desempenhar o exigente cargo de representante da soberania nacional. Caso optasse por continuar solteiro seria, sem qualquer dúvida, colocado nas piores circunscrições. Anos depois incluí este caso numa obra de ficção literária com que concorri a um prémio. Mantive o relato baseado no caso da Albertina nas duas revisões que fiz do romance, com diferentes títulos: “Metarica, o cozinheiro” e “Terras de Servidão”.

CC: Como caracteriza a situação profissional dos funcionários administrativos espalhados pelo mato?

ARF: Era quase desumana a maneira como a Direção dos Serviços tratava os funcionários espalhados pelo mato. Ao lermos o Boletim Oficial semanalmente recebido por todas as administrações, deparávamos com uma inesperada transferência. Foi assim que, alguns meses depois, tive súbito conhecimento de que fora transferido para a circunscrição do Báruè, com sede em Vila Gouveia. Tomei posse a 27 agosto 1942. Não recebíamos ajudas de custo para as despesas de viagem.

O caso da circunscrição do Báruè, era sintomático. Só muitos anos depois, é que vim a saber que se tratava de um antiquíssimo reino, integrado no Império do Muene Mutapa. A região fora povoada por mouros; produzia ouro; abrigava as famosas ruínas de Inhamara; os soberanos desafiavam os portugueses de Sena; o sertanejo Manuel António de Sousa, assumira o título de Rei do Báruè depois do falecimento do monarca com cuja filha casara. No séc. XX, alguns potentados organizaram duas sangrentas e difíceis revoltas em 1902 e, mais tarde, em 1917.

Logo que cheguei a Vila Gouveia, o Administrador comunicou-me secamente que dentro de quinze dias iria iniciar o recenseamento. Para esse efeito publicou a Ordem de Serviço. Segundo o novo Regulamento do Imposto Indígena, as mulheres ficaram isentas o que causou grande contentamento e veio facilitar o censo. A área a recensear situava-se entre os paralelos 18 e 19. Na área dos três postos em que a circunscrição se dividia (Macossa, Mungari e

Mandié) a formalidade seria cumprida pelos respetivos chefes. Mais tarde fui mandado recensear a área do primeiro por doença súbita do respetivo chefe.

CC: Sentia que não estava preparado para as exigências do cargo?

ARF: Sim. Prova indiferença o facto de mandar um aspirante com 19 anos, criado na capital, enfrentar as temíveis doenças tropicais. Sofri severos acessos de febre palustre. Não posso esquecer o que se passou nos 130 quilómetros de estrada carreteira, quando o mecânico da Administração me conduziu de Vila Gouveia até à Macossa. Ardendo em febre acocorava-me entre o condutor e a porta com a cabeça assente sobre os braços cruzados sobre o assento. Mandava parar para poder vomitar. Na Macossa, exausto, tive que me manter deitado durante um dia inteiro.

CC: Que recordações guarda da sua passagem pelo Báruè? Dedicou alguma atenção ao estudo das populações locais?

ARF: Foi durante o recenseamento no Báruè que, por simples curiosidade, me ocorreu fazer uma experiência que permitia avaliar o sentido de orientação dos nativos. Tinha adquirido na Beira o mapa da região, talvez nos Serviços de Agrimensura. Também levava comigo uma pequena bússola. No final de um dia de trabalho e numa povoação cujo nome não fixei, substitui os enormes impressos de recenseamento pelo documento cartográfico. Calculei e marquei no mapa o local em que nos situávamos. Foi tarefa fácil porque ia perguntando os nomes dos rios e das montanhas. Espetei um alfinete no ponto em que estávamos e amarrei nele um cordel com cerca de dois metros de comprimento. Escolhi ao acaso um dos presentes e ensinei-lhe como devia de segurar atrás das costas a ponta livre do cordel. Perguntei-lhe então em que posição estava a Beira. Ele, olhando sempre para o chão e conservando o cordel esticado, deu alguns passos laterais e, com grande espanto, observei que o cordel coincidia exatamente com a localização daquela cidade sita a algo como 275 km em linha reta. Perguntei-lhe seguidamente a posição oposta da cidade de Salisbúria, na Rodésia do Sul, a cerca de 400 km. O intérprete pronunciou o topónimo: “Sasbéri”. Mantendo sempre o cordel esticado deu os necessários passinhos laterais e parou. Também estava certo. Mudando mais uma vez para um ângulo significativo, perguntei-lhe a localização da Vila de Tete, a uns 325 km. Mais uma vez acertou. Perguntado sobre o assunto afirmou que nunca estivera nesses centros urbanos.

CC: Em 1943 ainda continuava no Báruè?

ARF: O ano de 1943 foi atribulado para os meus vinte anos. Em fevereiro pedi licença disciplinar para me deslocar à Beira e ali aprender a arte da condução automóvel. Passei no exame e obtive a carta. Na segunda metade de abril desloquei-me de novo à Beira para participar no concurso para aspirantes. Tive aceitação nas provas de datilografia e de robustez física.

Em fins de junho fui transferido para Marromeu e ali tomei posse já como aspirante provisório. Esta transferência para o delta meridional do Zambeze esteve relacionada com a extinção da majestática Companhia de Moçambique e, naturalmente, com a indispensável aplicação das leis e das normas que vigoravam nos territórios sob administração direta do Estado. Foram ali colocados três aspirantes porque o trabalho de secretaria era exaustivo e exigia grandes responsabilidades. Já não estávamos no “mato” mas sim no âmago da maior companhia açucareira de Moçambique: a Sena Sugar Estates.

Pelas razões oficiais que já irei mencionar, a minha permanência em Marromeu foi muito curta. Além da enorme fábrica, do corte e transporte da cana, dos refeitórios e dormitórios, das instalações hospitalares que serviam muitas centenas de trabalhadores indígenas, havia a cuidar também dos provadores e outros especializados não indígenas. Os gerentes, os tesoureiros e os contabilistas estrangeiros dispunham do seu próprio clube. Também pude

passar pelo Zambeze em um dos famosos barcos da empresa, movidos por hélices rodadas. Foi no Marromeu que ouvi os testemunhos do Dr. Fernando Barros sobre a espantosa resistência do africano quanto às maiores dores físicas, até ao ponto de dispensarem a anestesia nas amputações. Infelizmente, a 18 agosto recebi guia de marcha para cumprir o serviço militar em Lourenço Marques. Em finais de novembro, terminado que foi o curso de sargentos, apresentei-me na Direcção dos Serviços. Desta vez fui colocado na Administração do Concelho de Quelimane, tomando posse a 6 dezembro.

CC: Fale-nos das suas impressões de Quelimane e dos trabalhos que ali realizou.

ARF: O concelho de Quelimane era bem diferente das restantes divisões administrativas. Além de cidade e de capital do Distrito, com governador e capitão do porto, possuía uma densa zona rural onde se intercalavam os coqueiros pertencentes aos indígenas com as enormes e valiosas plantações de conhecidas empresas, tanto portuguesas como estrangeiras. Entre estas últimas ressaltavam a Companhia do Boror e a Sociedade Agrícola do Madal. Na Administração trabalhavam sem descanso dois ou três aspirantes, de preferência solteiros porque ainda não dispunha de residências do Estado, nem mesmo para o secretário. Eram numerosos os moradores não indígenas, gozando de cinema, clube com bailes e piscina e, sobretudo, um coreto com praça e passeios para exibição das famílias com filhas casadoiras. O meu vencimento era tão baixo que nem chegava para pagar uma pensão mesmo das mais baratas. Tive a sorte de ser aceite numa “república” formada por dois mestiços (funcionários da Fazenda e da Câmara) e dois irmãos goeses (um nos Correios e outro numa firma privada). O maior quarto era ocupado pelo desenhador da Câmara. Fez o favor de me ceder um canto separado por uma serapilheira. Ali montei o meu catre de campanha, desdobrável feito de lona e madeira, vulgarmente designado por “burro”. O serviço de secretaria prolongou-se até 20 março 1944, data em que recebi guia de marcha para, em Lourenço Marques, frequentar o curso de oficiais milicianos.

No dia 21 julho reassumi as funções de aspirante na Administração do Concelho de Quelimane. Pouco depois fui mandado efetuar o recenseamento de cerca de cem mil indígenas divididos em regedorias. Sobre este complexo e exaustivo censo há muito que contar. Foi, de longe, o mais difícil que tive que efetuar na carreira administrativa. Essas dificuldades tinham origem variada. Durante alguns anos o censo não pôde ser feito por falta de pessoal. O Administrador, idoso e doente, tinha pouco prestígio. Era uma situação que se comparava com aquela que mais tarde fui encontrar em várias roças de S. Tomé. Os grandes senhores eram os chefes das plantações, cada uma delas contando milhares de coqueiros. Viviam instalados, com suas famílias, em sólidas casas de alvenaria onde nada faltava. Deslocavam-se em boas camionetas. Eram incultos mas com evidente competência profissional: robustos, dedicados, em constante movimento, exigentes no cumprimento das tarefas, gritando ao numeroso pessoal indígena ordens na língua gentílica, o chi-chuabo. Ficaram muito surpreendidos porque, ao contrário dos colegas que me antecederam, não aceitei as ofertas de hospedagem. Entendi – e bem – que os incidentes disciplinares que surgem durante o censo constituíam matéria confidencial.

Sempre que aproveitava boleias para me reabastecer na cidade, tratar de assuntos pessoais, entregar o dinheiro do mussoco mandado cobrar, etc., colocar o administrador ao corrente do que se ia passando “nas suas terras”. Ele insistia sempre que eu devia apressar o ritmo do recenseamento. Talvez se tenha queixado ao governador que era então o cap. Serpa Rosa, vindo dos quadros da extinta Companhia de Moçambique. O certo é que me informou que o governador queria falar comigo. Não escondi a minha indignação perante os dois. Era humanamente impossível fazer mais do que eu fazia desde o nascer até ao pôr-do-sol, incluindo sábados e domingos, mal alimentado, sem água potável, dormindo em palhotas imundas, sugado por insetos e répteis nojentos e perigosos. Tinha sido necessário introduzir

grandes modificações devido ao intervalo excessivo que se mantivera desde o censo anterior, etc. Ouviram e tiveram que se calar, perante os meus argumentos sólidos e as minhas disfarçadas recriminações sobre a sua inépcia.

CC: Durante o recenseamento recorria a um intérprete?

ARF: Sim, no princípio fazia as perguntas do costume utilizando quer o sipaio quer o auxiliar do recenseamento. Pouco a pouco comecei a compreender e até a falar um chi-chuabo simplificado. Tive a sorte de conhecer, numa missão católica fixada na região, um esclarecido sacerdote de origem italiana, Enrico Zeni, dos Capuchinhos de Trento, que teve a gentileza de me emprestar o manuscrito que havia completado sobre a gramática do chi-chuabo. Deu-me a oportunidade de o estudar e transcrever, à luz frouxa do candeeiro de petróleo, rodeado por insetos voadores. Introduzi até mesmo algumas alterações e adendas no texto. Esta experiência foi decisiva para compreender a importância do domínio das línguas indígenas. Era conveniente manter esse conhecimento em segredo. Uma das realidades que mais me chocou foi o elevado grau de maledicência contra os europeus em geral. Quando conversando entre si, resmungavam entre-dentes insultos contra os europeus, mesmo que estivessem presentes. Uma vez ouvi este: “Escrevem os nossos nomes como se fossemos gado”. Também ocorreu durante este censo um fenómeno inexplicável que mais acicatou a minha convicção de ser indispensável aprofundar o conhecimento antropológico das populações indígenas.

CC: Conte-nos então o que se passou.

ARF: Pouco depois do início da chamada, surgiu entre a multidão uma jovem mulher que, com gritos desvairados, correu em direção à mesa caindo na minha frente, esbracejando sem parar, surda a todos os apelos, empurrando tudo com força diabólica. A multidão ficou quieta e muda. Os chefes não reagiram como se se tratasse de um caso sem importância. O sipaio, homem de meia-idade, pronunciou, lento e grave, este estranho diagnóstico: “Ela quer a almofada do Sr. aspirante!” Era vistosa, com garrida capa de lona. Porém, quando esta foi entregue repudiou-a raivosamente. O experiente sipaio, após mais algum tempo, acabou por esclarecer: “Ela quer a água-cheiro!”. Todos compreendemos. Mandeí trazer uma garrafa com um fixador de cabelo, que comprara durante a última visita à cidade. O sipaio aproximou o gargalho das narinas da paciente. Ela aspirou com força e, felizmente, voltou ao seu estado normal. Levantou-se, sacudiu-se e voltou para junto da sua família. O episódio não terminou. Várias outras jovens surgiram correndo, gritando e sacudindo tudo e todos. A pedido do régulo e porque o dia se findava, dei por encerrado aquele dia memorável. Os nativos da região aplicavam o nome de água-cheiro aos líquidos perfumados. Usei-o pela primeira e pela última vez no dia acima citado. Tenho contado este episódio aos psiquiatras que conheci. Nenhum ousou dar uma explicação. Depois de ter concluído o censo da população de Quelimane, fui nomeado aspirante provisório do quadro administrativo e colocado na Repartição dos Negócios Indígenas, em Ressano Garcia. Esta estação ferroviária situa-se na fronteira da linha entre Lourenço Marques e o Transval.

CC: Ficou satisfeito por ter sido colocado em Ressano Garcia?

ARF: Suspeito que tenha sido minha mãe que pediu à sua antiga camarada de escola e mãe do Ferraz de Freitas, decerto preocupada com as minhas condições de saúde depois desses largos anos passados nas regiões genericamente designadas por “mato”. De facto em Ressano Garcia não só tinha direito a habitação como também gozava da proximidade da capital que me facilitasse pelo menos fins de semanas mais divertidos e com grandes possibilidades de conviver com jovens da minha idade, de ambos os sexos. Comprei então o meu primeiro e usado automóvel. O local fronteiriço também contribuiu para melhorar o meu uso falado da língua inglesa.

CC: O facto de ter sido colocado em Ressano Garcia permitiu-lhe conhecer de perto o movimento migratório do sul de Moçambique para as minas da África do Sul, assunto a que viria a dedicar um livro.

ARF: Sim. O desempenho deste novo cargo contribuiu para melhor conhecer os grandes movimentos migratórios entre Moçambique e a África do Sul. Era uma tarefa gigantesca e que exigia cuidadosa preparação. Todas as semanas transitavam nessa povoação fronteiriça cerca de três mil emigrantes que se destinavam às minas filiadas na respectiva câmara. Aproximadamente o mesmo número reentrava em Moçambique depois de ter cumprido o seu tempo de contrato. Cada um desses quatro grupos semanais era composto por cerca de setecentos homens. Tudo se processava nas melhores condições que se podiam encontrar em África. Tal se devia à superior organização da Witwatersrand Native Labour Association, mais conhecida pelo acrónimo WENELA. Tudo quanto aprendi na Inspeção de Ressano Garcia, foi de grande utilidade, na polémica que travei no periódico londrino *Africa*, em 1960/1, com o Prof. Marvin Harris, da Universidade de Nova Iorque. Naturalmente que também aproveitei esses conhecimentos para escrever o livro que foi publicado em Lisboa, dois anos depois, pela Junta de Investigações do Ultramar. É uma história muito complicada...

Bom, em princípios de fevereiro 1947, fui chamado a participar no concurso para chefes de posto. Atingida que foi esta categoria, fui colocado no posto de Lioma, da circunscrição do Gurué, tomando posse em junho 1947. Eu e os camaradas nas mesmas condições, em menos de um ano, fomos promovidos a secretários. Por sermos oficiais milicianos, fomos chamados a participar no respetivo concurso.

Em julho 1948, já com a categoria de secretário, fui chefiar a segunda repartição da Direção de Serviços da Administração Civil. Este cargo trouxe-me benefícios, mas durou apenas alguns meses porque fui de novo convocado para o serviço militar, participando numa recruta de janeiro a julho 1949, para me ser atribuída a patente de alferes. J. de Carvalho tinha-me entretanto concedido uma “licença graciosa especial”, de 6 meses na Metrópole, com vencimento completo. Porém, em julho 1949, ao abrigo de uma licença disciplinar desloquei-me à importante cidade de Durban. Convém esclarecer que comprara, entretanto, o meu primeiro e único automóvel novo: um Chevrolet que aguentou mais de vinte anos! Neste grande centro atraía-me o facto de Fernando Pessoa ter ali passado grande parte da sua mocidade. Também era residência de um musicólogo sul-africano que já publicara estudos sobre Moçambique – Hugh Tracey. Terminadas estas curtas férias embarquei no “Pátria” em inícios de setembro com destino à Metrópole.

CC: Já tinha vindo a Portugal em 1933. Desta vez que impressão lhe causou a visita?

ARF: Seria desonesto sustentar que a mãe-pátria me tenha causado impressão favorável. Tudo o que vi e quase todos os que reencontrei em Lisboa, (incluindo meu irmão que cursava agronomia) me levaram a admitir que me encontrava num país muito menos desenvolvido do que a nossa vizinha África do Sul. De Lisboa retenho apenas o facto de me haver filiado na Sociedade de Geografia.

CC: Aproveitou essa vinda à metrópole para visitar outros países europeus?

ARF: Não só o meu irmão como muitos colegas de Liceu que tinham vindo para Portugal, me aconselharam vivamente a visitar as grandes capitais da Europa como Paris, Londres, Roma, etc. Inclusivamente, deram-me os endereços de jovens parisienses de ambos os sexos, que tinham feito campismo ambulante em Portugal. Foi assim que me meti à estrada, e tive a possibilidade de visitar alguns amigos em Coimbra e também Mata de Lobos, a pequena aldeia da Beira Alta em que nasci. Fui recebido como amigo, por ambas as famílias dos jovens cujo endereço me fora fornecido. Os museus extasiaram-me. Um dos mais impressionantes foi o Museu do Homem, onde reproduzi numerosas fichas sobre as

populações moçambicanas. Na vasta e bem frequentada sala de leitura nunca encontrei qualquer leitor de nacionalidade portuguesa. Assisti a belos espectáculos sempre em pé, para poupar os recursos. Admirei a liberdade de expressão e a cultura geral da população. Isto explica a razão por que fiquei ligado à cultura francesa durante bastantes anos. Estava na moda então esse movimento filosófico conhecido por “existencialismo” defendido pelo genial Sartre. A ele se tinha associado a escritora de grande relevância Simone de Beauvoir, pioneira dos movimentos de emancipação feminina. Abri conta numa livraria que me enviava com regularidade o conhecido e gratuito opúsculo “Les Livres du Mois”. Fui por longo tempo assinante do *Le Monde*.

CC: Apesar desse interesse pela cultura francesa, em Moçambique estava mais próximo da influência inglesa?

ARF: Feliz ou infelizmente, o facto de residir em Moçambique, forçou-me a transitar para a zona de influência britânica e, sobretudo, sul-africana. Foram os conhecimentos da língua inglesa que motivaram a minha integração no grupo de trabalho que em maio 1950, se deslocou à Rodésia para iniciar as conversações sobre a construção da futura barragem de Cabora Bassa.

Em julho 1950 o governador-geral deu despacho favorável ao meu processo de casamento que nos era imposto pela Lei.

O meu exercício de funções na Direção dos Serviços foi interrompido quando calhou ser designado como comissário “ad-hoc” no transporte de trabalhadores para as roças de São Tomé. O que pude observar, tanto a bordo do navio de carga, como nas roças onde fui alojado, foi suficiente para tomar a decisão de me afastar da União Nacional. Regressei a Lourenço Marques e pude assistir ao nascimento do meu primeiro filho no início de abril 1951.

CC: Voltando um pouco atrás. Fale-nos por favor dessa sua experiência em São Tomé.

ARF: A 23 dezembro fui nomeado “comissário ad-hoc” e embarquei, com um médico, num cargueiro português com cerca de 460 assalariados africanos destinados às roças de São Tomé e Príncipe. Os homens dormiam nos porões sem ventilação. Foram feitas no convés estruturas de tábuas e barrotes para dar algum resguardo às mulheres e às crianças. Durante o dia todos se passeavam e comiam em panelões comunais. Lavavam-se com água salgada por meio de mangueiras, satisfaziam as necessidades em latrinas pendentes do costado, etc. Em Moçâmedes aconteceu algo de imprevisível: um exportador de bovinos protestou em altos brados contra a violação dos compromissos assumidos pelo armador. Em consequência, o comandante recebeu ordens para embarcar uma manada com destino à Metrópole. As estruturas de tábuas e barrotes foram desmontadas. Os futuros trabalhadores ficaram limitados aos sobreaquecidos e inadequados porões, dormindo sobre os carregamentos durante a noite e estendendo-se durante o dia sobre as grossas lonas que tapavam os porões.

Fui hospedado nas roças Água Izé, Uba-Budo e Boa Entrada. Observei carências na alimentação, na higiene, nas instalações, na assistência sanitária, etc. Na primeira roça constatei a aplicação de castigos corporais e, em segredo, o numeroso pessoal doméstico angolano queixou-se que, unilateralmente, tinha sido adiada a sua repatriação. Em todas essas roças vigorava a proibição de ultrapassar os respetivos limites, etc.

Durante a minha estadia a capital foi visitada por um navio da Armada britânica, cujos tripulantes puderam percorrer o interior para desafios de futebol. Durante um dos almoços entabulei conversação, em inglês, com um graduado que, algo timidamente me perguntou: “Are they free?”. Claro que respondi pela negativa.

Aconteceu na segunda roça ter sido injustamente humilhado. Em plena sala de jantar, com bastantes hóspedes já sentados à mesa, fui insultado com modos brutais pelo administrador.

Tinha acontecido que, nessa cair da tarde de domingo, durante distraído passeio, cometera o atrevimento de ouvir as queixas dos trabalhadores que, pouco a pouco me foram rodeando. Nessa mesma noite de revolta e de insónia tomei a decisão de abandonar a União Nacional e de terminar a colaboração no seu jornal. O Governador-Geral elogiou o íntegro e minucioso relatório, confirmado por fotografias. Dele mandou enviar cópia ao Ministério. Este incidente, conjugado com as denúncias de dissimulada escravatura, publicadas pela imprensa da Cidade do Cabo, pode ter contribuído para a formal abolição, por Moçambique, do recrutamento para São Tomé. Seja como for, Juvenal de Carvalho considerou intolerável a minha reação. Por actos e palavras demonstrou o seu desagrado. Durante a sua temporária substituição pelo Governante Spence, consegui que me transferisse para a circunscrição da Macanga como administrador interino.

Esta deslocação a São Tomé teve um efeito inesperado e vantajoso no que concerne o meu pendor para a investigação em ciências humanas: a admiração pelos profissionais anglófonos. Entre todos que consultei, ressaltou expressivamente o estudo “A question of slavery: labour policies in portuguese África ...” publicado em 1967 pelo académico americano James Duffy.

CC: Quando regressou de São Tomé voltou a trabalhar na administração colonial no interior de Moçambique?

ARF: Tudo se conjugava para que voltasse à atividade administrativa no interior. Foi essa a razão que me levou a solicitar a minha transferência ao diretor interino capitão Spence. Tinha conquistado a simpatia deste alto funcionário porque desempenhei com afinco o pedido que me fizera de dar solução aos numerosos processos do Tribunal Administrativo que o Dr. Juvenal tinha acumulado no seu gabinete, malgrado os protestos insistentes dos interessados. Tive a ideia de expor ao governador Spence a minha situação difícil de estar a viver com a mulher e o filho, em dependência quase total da minha sogra. Também acentuei que me seria necessário permanecer durante tempo suficiente em qualquer circunscrição devido à exigência de apresentação de uma monografia etnográfica no futuro concurso para administradores. O governador Spence lamentou o facto de ficar privado do secretário que, com eficiência, o ajudara resolver o problema dos acórdãos do Tribunal Administrativo. Foi este o motivo da minha colocação na Macanga, em inícios de outubro 1951, como administrador interino.

CC: Foi na Macanga que começou a reunir elementos para a sua monografia etnográfica?

ARF: Para ser bem sucedido em todos os meus esforços de investigação, tive que recorrer sistematicamente à elaboração de fichas, agrupadas por assuntos. Digo e repito que sofro de frequentes lapsos de memória. Esta realidade é cruel e, nesta derradeira fase da minha vida, não a quero nem devo procurar dissimular ou muito menos esquecer. Tive deficiências de memorização que muito prejudicaram o meu aproveitamento escolar. É certo que terminei, sem reprovar mas com auxílio de explicadores particulares, o antigo 3º ciclo, que compreendia simultaneamente Letras e Ciências. Mas, em curto espaço de tempo, esqueci tudo quanto havia aprendido em matéria de Matemática, Física, Química, Geometria, Botânica, Zoologia, Latim, etc. Revendo a caderneta noto que obtive sempre notas regulares em Português e História. Mas o mais grave é o facto dessa dificuldade de retenção de datas e de nomes ter afetado a minha vida social, profissional e, posteriormente, os diversos projetos de investigação em que participei. É humilhante confessar que nunca consegui fixar as datas de nascimento da esposa e dos próprios filhos. Nem mesmo os números dos dois telemóveis que eventualmente utilizo. Nem a sequência dos reis de Portugal ou dos governadores-gerais de Moçambique.

CC: Regressando ao período que estive na Macanga...

ARF: Lembro agora que, antes de partir para a Macanga, me foi solicitado pelo Diretor de Serviços que estudasse outro problema complexo, acabado de levantar pelo próprio Ministério

das Colónias: o da adaptação do regime corporativo metropolitano à população laboral não indígena. Como se sabe esse regime corporativo obrigava o patronato a agrupar-se em Grémios e o proletariado em Sindicatos Nacionais, segundo as diversas profissões. Como desconhecia completamente o assunto fui obrigado a estudá-lo em profundidade desde abril a setembro 1951. Consegui elaborar a longa minuta de um ofício que devia ser remetido ao Ministério das Colónias. Só depois de ter cumprido esta façanha legislativa me foi passada guia de marcha para partir para a Macanga, e tomar posse do cargo do administrador interino em janeiro 1952. Ali consegui, felizmente, elaborar a ansiada monografia etnográfica.

CC: Quer falar-nos da forma como preparou o trabalho?

ARF: Tive bastante dificuldade na elaboração desta monografia e sobretudo na consulta da documentação sobre os usos e costumes indígenas. Apenas conhecia vagamente a travessia do território pela célebre expedição de Monteiro e Gamito em mil oitocentos e tal. Também tinha recolhido, em Paris, no Museu do Homem alguns textos sobre o assunto. Graças a informadores locais, escolhidos pelos régulos com base no seu prestígio como anciãos, consegui recolher elementos que me pareceram de grande interesse. A bem dizer foi aqui que se iniciou a minha carreira de investigador da “antropologia cultural”.

CC: Chegou a publicar a sua monografia?

ARF: Sim. Consegui que essa monografia fosse publicada em 1954, no Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, da qual já era associado. Usei o etnónimo “Azimba” (plural de Zimba), empregado por Gamito e outros. Por ter significado depreciativo, semelhante a “antropófagos”, usei o sinónimo Cheuas, quando onze anos depois publiquei uma versão muito ampliada e corrigida como mais adiante explicarei a propósito da sociedade secreta do “nhau”.

CC: Quanto tempo esteve na Macanga? E que importância teve no seu percurso?

ARF: Os dois anos passados na Macanga foram suficientes para provar que minha mulher sofria de doenças do foro psiquiátrico que a tornavam incapaz de suportar os sertões do interior que designávamos por “mato”. Pelo meu lado, foi crescendo a convicção de que a antropologia cultural era o meu ideal. E ainda que, para atingir esse ideal, seria condição básica elaborar uma bibliografia etnológica de Moçambique.

CC: Decidiu então lançar mãos à obra?

ARF: Sim. Fiz um esforço sério para coligir sozinho tudo quanto tivesse sido publicado. Por esse motivo, aproveitando a licença que a lei designava por graciosa e ponderando a segunda gravidez de minha mulher, contente no abrigo materno proporcionado pela conhecida professora Clara Guimarães, embarquei para Lisboa em janeiro 1954. Pouco tempo ali permaneci até tomar o comboio para Paris. Nesta grande cidade fiquei alojado na mesma pensão onde estivera em 1949. Durante cerca de dois meses frequentei a biblioteca no Museu do Homem, onde transcrevi centenas de referências bibliográficas. Claro que reduzi ao mínimo a minha alimentação. Felizmente que fui visitado por um estudante de medicina, meu amigo desde o liceu, que me ensinou como poderia encontrar alternativa: matricular-me na universidade de Paris onde teria à minha disposição um refeitório com preços modestos. Ainda guardo o impresso dessa matrícula, datado de 8 março 1954. Que saudades!

Sim. Esgotados os meus recursos financeiros, requeri e foi-me concedida a interrupção da licença. Embarquei no “Pátria” e apresentei-me na Direção dos Serviços. Entretanto fora colocado na circunscrição de Homoíne, no distrito de Inhambane. Ali tomei posse do lugar de secretário.

CC: Como era o seu quotidiano de trabalho na circunscrição de Homóine? Tinha tempo para se dedicar à investigação antropológica?

ARF: Tive pouca sorte. Era uma administração muito trabalhosa que sobrecarregava os funcionários com incontáveis e nunca remuneradas horas extraordinárias. Mesmo assim consegui acumular informações do foro antropológico que me permitiram a publicação dos estudos que, na bibliografia que junto, têm os números 9, 10 e 11. A isto se sobrepôs a conclusão dactilográfica da “bibliografia etnológica de Moçambique”, cujos direitos de autor cedi à Direcção de Serviços dos Negócios Indígenas. Todos estes factos, aliados à criação de dois filhos com apenas 5 e 2 anos de idade contribuíram para que viesse a sofrer o meu primeiro esgotamento medicamente diagnosticado. Minha mulher também foi gravemente afetada e teve que ser internada no departamento de psiquiatria do Hospital Central de Lourenço Marques. Em face destas contrariedades foi a todos os títulos condenável a atitude não só do governador distrital mas também do intendente seu subordinado que, insistente e pessoalmente, tentaram convencer-me a continuar como secretário em Homóine. A meu pedido, fui observado por uma Junta de Saúde em Lourenço Marques, no início de março 1956. Foram justiceiros. A 26 do mesmo mês tomei posse do cargo de Administrador interino, em comissão na Curadoria dos Indígenas Portugueses na África do Sul. Só muito mais tarde vim a saber que a classificação de “bom” que, anos depois, me foi dada no concurso para administradores, se deveu ao facto do Governador de Inhambane, cavilosamente, havia mudado para “regular” a classificação de “muito bom” que sem favor me havia sido atribuída pelo Administrador de Homóine.

CC: Foi o Sr. António Rita-Ferreira que quis ser colocado na Curadoria dos Negócios Indígenas na África do Sul?

ARF: Escolhi ser colocado nessa curadoria porque ambicionava matricular-me numa universidade e seguir um curso de Estudos Bantos. Contudo era da competência do Curador escolher o local do novo funcionário. Informou-me, logo no início da entrevista, que iria ocupar a delegação do Sabie, no Transval Oriental. Para efeitos de comparação com Moçambique e até com Portugal direi que esta pequena e quase desconhecida vila dispunha de: magistrado, esquadra policial com residências e motas, hospital com as principais especialidades, colégio com internato para os dois sexos, estação dos correios, três igrejas, hotel, cinema, clube com ténis e biblioteca, ligação ferroviária, oficinas para automóveis, lojas para todos os gostos, etc.

Apesar de estar longe de Pretoria, consegui ser matriculado na Universidade. Não hesitei em comprar na vila uma pequena casa com quintal. Atravessando clandestinamente a fronteira, veio a juntar-se a nós o dedicado João, com capacidade para exercer todas as atividades domésticas. Gostámos daquela região montanhosa, com regatos e cascatas, coberta até ao horizonte por densas plantações de eucaliptos, semelhantes em copa e altura. Na altura própria iriam abastecer as fábricas de papel.

CC: Qual foi o seu “posto” seguinte?

ARF: Quando fui obrigado a deslocar-me a Lourenço Marques para participar no concurso, a hostilidade pessoal de dois elementos do júri, colocou-me no número vinte e seis da relação dos finalistas. Como as vagas na categoria de administrador eram preenchidas segundo a classificação, foi indeferido o meu pedido de continuar no Sabie com a categoria de secretário.

Sem qualquer explicação fui colocado na secretaria distrital da Beira, onde aos funcionários administrativos também não era atribuído o direito à habitação do Estado. Durante um ano fiquei afastado da família.

CC: Na Beira continuou a dedicar-se à investigação?

ARF: Em matéria de estudos antropológicos conclui a tradução dos provérbios recolhidos em Homoíne. Tive a sorte de ali conhecer um assimilado oriundo de Inhambane que não esquecera a língua e a sabedoria dos seus antepassados.

CC: Estava na Beira quando foram as eleições presidenciais de 1958?

ARF: Sim. A minha primeira permanência na Beira coincidiu com as eleições presidenciais a que concorreu Humberto Delgado, discordante de Salazar.

CC: O Humberto Delgado venceu as eleições na Beira, não foi?

R: Sim. A derrota sofrida pelo Estado Novo na Beira, causou grande sensação. Posso revelar como Humberto Delgado ali obteve a vitória. O encarregado do governo distrital, o idoso e honrado Intendente Distrital Encarnação Vieira, esclareceu o administrador do concelho, seu amigo pessoal, de que na Beira não deveria envolver-se nas conhecidas e praticadas artimanhas da União Nacional no sentido de falsificar a contagem dos votos. Disse-me que, devido a esta posição, tinha sido chamado à presença do governador-geral e de Juvenal do Carvalho para ser severamente admoestado. Terminou com este desabafo: “Trataram-me como um cão”. Quanto ao administrador do concelho foi imediatamente transferido para longes terras.

CC: Voltemos às suas pesquisas...

ARF: Quanto a investigações relembro que em maio 1958 fui autorizado a participar em congresso internacional realizado na capital. Aí apresentei, em inglês, uma comunicação inovadora sobre a divisão étnica de Moçambique. Inovadora porque foi aceite a minha proposta para ser admitida, no Baixo Zambeze, uma distinta região que abrangesse os povos multiculturais afetados pelas diversidades entre patricêntricos meridionais e matricêntricos setentrionais. O artigo foi publicado no Cabo em 1959.

CC: Procurava estar a par do que se ia publicando no estrangeiro?

ARF: Creio ter já mencionado uma licença graciosa que, com a Teddy, permitiu uma deslocação à Europa em meados 1958. Já referi ter como objectivo a revisão da “bibliografia etnológica”. Em Lisboa fui logo recebido pelo grande perito em documentação: o Dr. Zeferino Paulo. Este encontro e o que aconteceu em Londres, Paris, Bruxelas, Amesterdão e Roma, permitiu que consultasse e resumisse numerosas referências em bibliotecas devidamente seleccionadas. Este grande esforço, pago do meu bolso, encontra-se narrado no artigo publicado, no ano seguinte, no Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique. Em Londres filiei-me na Royal African Society e no International African Institute, ambos publicando periódicos de projecção internacional. Mantive-me no primeiro até 1999.

CC: Quando terminou o seu périplo pelas cidades europeias, ainda se demorou em Lisboa?

ARF: Após Teddy regressar a Moçambique, por via aérea, decidi continuar em Lisboa mais algumas semanas para iniciar, com calma, a datilografia do romance sertanejo já iniciado. Comprei a agiotas uma pequena máquina de escrever e aluguei um quarto perto da Fonte Luminosa. A história desde romance “Nhanguro” (seu primeiro título) tem algum interesse porque se tornou objeto de censura ministerial. O concurso literário da Agência Geral do Ultramar era relativo ao ano de 1969.

CC: Quando regressou a Moçambique, onde foi colocado?

ARF: Embarquei para a capital moçambicana, munido da guia datada de 12 maio 1959. Por felicidade futura, o Dr. Juvenal de Carvalho, então secretário-geral, colocou-me na Direção

dos Serviços dos Negócios Indígenas. Estava aqui quando, finalmente, fui promovido a administrador no início de setembro 1959. Esta data marca a minha fixação definitiva na capital, com casa alugada e com a possível aquisição do recheio considerado indispensável. Como o meu magro vencimento não era suficiente para cobrir as despesas, tornou-se necessário que minha mulher descobrisse rapidamente um emprego próprio da sua especialidade. Para melhor se avaliarem as dificuldades que afligiam os funcionários administrativos, contarei a seguinte “intervenção divina”. Como a Teddy ainda conservava alguma relação com a igreja católica, decidiu rogar proteção ao Altíssimo. Prometeu-lhe que, no caso de ser atendida, batizaríamos os três filhos até então gerados. E o “milagre” aconteceu: logo no dia seguinte recebeu três propostas de emprego, sendo uma delas muito cobiçada: a de secretária-tradutora no consulado da Rodésia do Sul, que já havia declarado a sua independência.

CC: Que trabalhos realizou na Direção de Serviços de Negócios Indígenas?

ARF: Na supracitada Direção de Serviços, por mero acaso, vim a participar, com outros colegas, na concretização de um despacho secreto, datado de 20 Fevereiro 1960, transmitido pela Repartição do Gabinete do novo governador-geral, Cap. Frag. Pedro Correia de Barros: a destruição de toda a correspondência relativa à aplicação de castigos corporais. E mais não digo.

CC: Nesse período continuou a dedicar-se à investigação?

ARF: O salário da Teddy no consulado era superior ao meu. Submeti-me a esforços sobre-humanos para conseguir meios suficientes para suportar as despesas domésticas. Cheguei a ter quatro empregos: o de 1º Assistente no Instituto do Trabalho, o de colaborador do Instituto de Investigação Científica, o de vogal na Comissão do Plano de Fomento e o de editorialista na imprensa quotidiana.

CC: Foi então que se envolveu numa polémica com Marvin Harris?

ARF: Sim. Aconteceu nessa época a célebre polémica com Marvin Harris, professor da Universidade de Nova Iorque. Foi dos primeiros estrangeiros a serem autorizados, pelo próprio Ministério, a efetuar investigações no Ultramar Português. Garantiu de antemão ter como único objetivo estudar a literatura moçambicana. Alugou moradia em L. Marques e ali se instalou com sua esposa e filho. Entrou em contacto comigo por correspondência. Quando me desloquei à capital para participar no concurso para administradores, facultei-lhe espontaneamente a consulta da coleção de separatas da legislação aplicável aos indígenas, coleção que quase todos procurávamos manter atualizada colando e anotando crescente número de substituições, correções, circulares, acórdãos, pareceres, esclarecimentos, revogações, etc.

Cometeu um erro que lhe foi fatal. Contactou figuras da oposição ao regime, destacando-se António de Figueiredo, ao tempo simples empregado bancário. Convenceu Marvin Harris a visitar uma conhecida açucareira do Vale do Limpopo e aí indagar, junto dos trabalhadores, se o seu contrato coletivo fora feito voluntariamente ou fora imposto pelas autoridades. Isto depressa chegou ao conhecimento do governador-geral. Convocou o académico ao seu gabinete, admoestou-o severamente e ordenou a sua imediata expulsão. Regressado a Nova Iorque, com a auréola de inimigo do imperialismo português, foi logo acarinhado pelo American Committee on Africa, então dirigido pela viúva do presidente Roosevelt. Esta logo publicou em 1958 o seu “relatório em primeira-mão dos problemas de trabalho e de educação em Moçambique”.

CC: Quais os contornos dessa polémica?

ARF: Decidi refutar Marvin Harris quando soube que também havia publicado, no periódico londrino *Africa*, uma interpretação sobre o trabalho migratório para a África do Sul. Esta decisão foi apoiada pelo inspector Pinto da Fonseca que me acolhera como Curador quando assumi as funções no Sabie. Reconhecendo ser conveniente combater os efeitos internacionais daquela tendenciosa interpretação, mandou pôr à minha disposição todos e quaisquer documentos, mesmo os de carácter confidencial. A corrente migratória de Moçambique para a África do Sul integrava-se numa problemática complexa e quase centenária, anterior à efetiva ocupação portuguesa. Todos sabíamos que Marvin Harris não a tinha estudado durante a sua permanência em Lourenço Marques. Com a sua crítica visava, acima de tudo, denegrir não só a moderna “política indígena” do Estado Novo mas também os dirigentes e executivas que a aplicavam erráticamente, ao sabor de idiossincrasias individuais.

CC: Foi uma polémica com grande repercussão.

ARF: Sim, é verdade. Esta polémica teve larga difusão nos meios dedicados a problemas africanos, porque Marvin Harris replicou à minha crítica, o que me obrigou a triplicar com argumentos mais possantes. Só então se remeteu ao silêncio.

CC: Depois dessa polémica vem a publicar o seu livro sobre o movimento migratório de trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul.

ARF: Sim, o caso não ficou por aqui. Com os elementos acumulados, resolvi escrever um livro que exigiu redobrados esforços. É possível que tenha sido a causa de um dos três esgotamentos que tanto afetaram a minha saúde e as minhas capacidades. Não consegui que fosse publicado pelo Instituto de Investigação Científica de Moçambique, de que aliás era colaborador. O Dr. Guerreiro, então diretor, levou o assunto a despacho do seu secretário provincial, Eng. Agrón. Ário de Azevedo, meu colega no ensino liceal. Este reteve o manuscrito durante tempo inusitado alegando ter em mente discuti-lo com o próprio secretário-geral Serpa Rosa, meu conhecido desde Quelimane. A sua longa conversação em voz alta, foi ouvida por um administrativo que, por acaso, se encontrava na secretaria anexa. Ambos os membros do Governo concluíram que seria prudente ouvir a opinião do Superintendente Freitas, que chefiava um novo serviço que tinha como objetivo congregar as dispersas informações político-militares sobre o avanço da guerrilha frelimista. Por outro antigo colega para ali transferido, vim a saber que Freitas repudiou vivamente a minha obra, classificando-a não apenas como “antipatriótica” mas também como “politicamente inoportuna”. Só então compreendi as evasivas do Dr. Guerreiro. Felizmente que, em Lisboa, fui salvo destas enredadas teias moçambicanas por dois académicos: os professores Jorge Dias e Adriano Moreira. Foi este último que a mandou publicar na coleção de “Estudos de Ciências Políticas e Sociais”. Saiu em 1963. Porém a distinção maior foi dada pela Academia das Ciências de Lisboa que lhe concedeu um dos seus cobiçados prémios. Ignoro quem foram os membros do imparcial e justiceiro júri.

CC: Pode contar-nos como deixou a carreira administrativa e integrou o recém-criado Instituto de Trabalho, Previdência e Acção Social de Moçambique?

ARF: Entretanto, rebentara no norte de Angola, a sangrenta rebelião contra os colonos portugueses. Ocorreu a nomeação de Adriano Moreira como ministro do Ultramar. Distinguiu-se pela revogação do estatuto de indigenato. Naturalmente que os antigos Negócios Indígenas foram substituídos por Institutos de Trabalho, Previdência e Acção Social. Optei por deixar a minha carreira administrativa e ingressar como 1º Assistente no novo organismo, onde permaneci cerca de dez anos.

CC: Mas continuou a dedicar-se à investigação?

ARF: Durante a década que permaneci no Instituto do Trabalho continuei a colaborar com o Instituto de Investigação Científica de Moçambique. Entre os estudos que aqui publiquei estão: Tradição Gnómica em Homóine; Cultura Tradicional e Etno-história do Grupo Angune; Os Africanos de Lourenço Marques.

CC: Os Africanos de Lourenço Marques é um estudo mais sociológico, não é? Fale-nos um pouco da sua elaboração.

ARF: Creio que este último estudo de sociologia urbana (inspirado entre outros na obra de Georges Balandier sobre Brazzaville) foi o único que se efetuou em todos os domínios ultramarinos portugueses. Servi-me, para o efeito dos meios de que dispunha no Serviço de Ação Social. A comissão administrativa do fundo autónomo ali organizado concedia bastantes subsídios aos filhos dos trabalhadores mais carenciados: livros e material escolar, internamento em missões católicas, etc... Para me certificar das alegadas carências, era obrigado a deslocar-me aos subúrbios e efetuar entrevistas *in loco*.

CC: Que meios estava ao seu dispor para realizar o estudo?

ARF: Dispunha naturalmente de viatura e intérprete. Elaborei um questionário dos elementos principais a ter em consideração. Sabendo de antemão que os africanos, em qualquer parte de Moçambique se retraíam quando fossem escritas as suas respostas, ocorreu-me um método que deu bons resultados mas que prolongava o tempo exigido. Simulávamos ser visitantes cordiais e, pouco a pouco, além de se deixarem fotografar, contavam pormenores sobre a sua origem, as suas dificuldades, as suas profissões, etc... Como o professor Xavier da Cunha tinha insistido que a amostragem fosse superior a mil famílias, este método prolongou a investigação. Entretanto, como dispunha de tempo suficiente e de pessoal habilitado, consegui apurar grande número de elementos estatísticos obtidos por outros serviços públicos que também estudavam a chamada “cidade de caniço”: saúde, transportes, policiamento, espetáculos, risco de incêndios, exigências camarárias, distribuição de água potável, posse dos terrenos, educação missionária, constituição e origem das famílias urbanizadas, relação com os parentes ruralizados, etc.

Este estudo de sociologia urbana foi publicado pelo Instituto de Investigação Científica de Moçambique. Pena é que a sua apresentação tipográfica tenha sido tão deficiente. Se bem me lembro não foram submetidas à minha apreciação as costumadas provas tipográficas.

CC: Também colaborou na imprensa diária. Gostaria que nos falasse da sua experiência nessa matéria.

ARF: Sim. Mas o primeiro dos meus editoriais que a censura proibiu punha em dúvida que merecesse apoio a imigração de colonos sem qualificações. Todos os três jornais quotidianos em que colaborava tentaram publicar esse artigo e em todos eles foi suprimido pela censura. Não se compreende esta evidência quanto a diversidade de critérios. Por conselho de Eugénio Lisboa o artigo veio a ser publicado sem hesitações nem interferências num quotidiano lisboeta.

CC: Voltou a ter artigos seus censurados?

ARF: A censura foi implacável, sim, quanto abordei o problema da “educação dos africanos”. Tinha-o dividido em quatro artigos. Apenas foi publicado o primeiro. Já dei a conhecer que aproveitei esta intervenção (que tinha laivos de sério aviso) para cessar definitivamente com a minha atividade jornalística. De resto, senti algum alívio por reconhecer o fracasso dos meus propósitos iniciais, baseados no ingénuo intuito de chamar a atenção dos colonos para os problemas mais graves que afligiam a população africana, tanto nas principais cidades como nas comunidades rurais e tribais.

CC: Li no seu site que também viu censurado um artigo em que defendia Jorge Dias. O que se passou?

ARF: Tem alguma importância a crítica cerrada que os jornalistas do *Notícias* desencadearam contra o professor Jorge Dias por ter proferido em Lisboa uma conferência revelando alguma preocupação contra os hábitos e as atitudes dos colonos europeus em Moçambique. Foi com verdadeira indignação que segui este assunto. A. Rosado, Nuno Bermudes, Guilherme de Melo e até Vasco de Matos Sequeira juntaram-se para humilharem o conhecido catedrático. Por ser amigo pessoal de Jorge Dias, procurei rebater os assomos escarninhos que esses jornalistas tinham empregado. Daí ter escrito em sua defesa “Jorge Dias e a conjuntura sociológica moçambicana”. Este artigo também não foi aceite pela censura. Jorge Dias confessou-me o grande desgosto que sofrera com as grosserias e chacotas que lhe foram dirigidas.

CC: Em que contexto foi convidado a visitar os Estados Unidos? E em que constou a visita?

ARF: Em setembro 1972, por intermédio do cônsul americano, fui convidado para visitar os Estados Unidos. Encontram-se neste guia todos os pormenores desta visita, planeada com superior rapidez e eficiência, por um dos oficiais do “Council on Leaders and Specialists” em Washington. Fui recebido pelos docentes de diversas universidades situadas nas seguintes cidades, a acrescentar à capital que já referi: Bóston, Siracusa, Los Angeles, São Francisco, Novo México e Nova Iorque. Em todas elas fiz conferências e fui submetido a críticas e a interrogatórios formulados pelos assistentes interessados pela luta de libertação que a FRELIMO tinha desencadeado no norte de Moçambique. Terminada que foi esta visita fiquei plenamente convencido de que Portugal iria perder esta guerra imposta por Salazar, Marcelo Caetano e por todos os simpatizantes do Estado Novo. A FRELIMO e o seu fundador Eduardo Mondlane, eram considerados como verdadeiros heróis, não só pelos estudantes afro-americanos, mas também pela maioria do corpo docente. Por esse motivo foi dado o seu nome à Universidade de Siracusa. Convém lembrar que Eduardo Mondlane sucumbiu tragicamente, em Dar-es-salam, ao desempacotar uma encomenda supostamente armadilhada pela Polícia Política Portuguesa (PIDE).

CC: Quer falar-nos um pouco do seu livro *Povos de Moçambique*?

ARF: Ainda residindo em Moçambique, fui questionado pela Editora Afrontamento, do Porto, se aceitaria escrever uma obra sobre os “Povos de Moçambique”, recebendo é claro os competentes direitos de autor. Aceitei de bom grado. O aspeto gráfico é de duvidosa qualidade. Merece ser citado por ter sido a única das minhas obras que deu algum lucro. Foi uma obra de mera divulgação com predomínio dos acontecimentos históricos mais importantes. Outra particularidade foi a de usar a grafia britânica para distinguir os vocábulos proferidos pelos diferentes grupos étnicos. Os melhores exemplos são o das semivogais “w, y” e também o “h” aspirado que, por mera coincidência também é usado pelos Bantos. Merece também ser referido o facto de dar especial realce à antropologia social dos povos referidos, quase esquecendo as suas particularidades físicas e a própria cultura material.

CC: Continuou em Moçambique depois da independência e deu aulas na universidade. Gostaria que nos falasse desse período da sua vida.

ARF: A pedido do respetivo Reitor, Fernando dos Reis Ganhão, aceitei um contrato como equiparado a assistente, em acumulação de serviço, para lecionar etno-história de Moçambique na Universidade de Lourenço Marques. Esta experiência foi bastante amarga e trabalhosa porque os estudantes revelaram a mais profunda ignorância sobre Moçambique em geral e sobre a população indígena em especial. O contrato foi celebrado em 21 março 1975. Dois anos depois solicitei ao Reitor que me dispensasse. Este meu pedido foi reforçado pela

avaliação negativa feita perante a turma por um estudante desconhecido, talvez ligado ao partido no poder, que, com ostensiva agressividade, me acusou de não basear os meus ensinamentos na ideologia marxista-leninista.

CC: Foi então que decidiu regressar a Portugal?

ARF: Sim. Já em Portugal tomei a decisão de pedir a minha aposentação, mesmo com 55 anos de idade. É que tinha atingido o máximo de anos de serviço e de diuturnidades. Deram-me a equiparação de “assessor de ministro”. Nunca mantive quaisquer saudades por Moçambique. Pessoalmente senti o maior alívio e, enfim, alguma mágoa quando minha mãe me classificou como “traidor” e acrescentou com algum orgulho que queria ser sepultada junto de meu pai.

CC: Em Portugal continuou a fazer investigação?

ARF: Sim, é verdade. Depois de ter decidido manter a nacionalidade portuguesa e fixar-me definitivamente em Portugal, continuei a manter o interesse pela investigação etno-histórica. Por ter aceite o contrato por dois anos sob a governação da Frelimo, pude trazer comigo grande parte da biblioteca. Fui depois abordado pelo professor Lima de Carvalho, que se havia doutorado em sociologia nos Estados Unidos. Insistiu que eu deveria continuar com os meus estudos. Acentuou que dispunha de uma quantia mensal para me remunerar. Por minha parte esclareci que já havia iniciado o estudo intensivo e sistemático dos povos do sul e também que já tinha sido convidado para um seminário a realizar na Universidade de Linden (Holanda). Lima de Carvalho concordou com a minha proposta fixada em um ano. Esta obra foi enriquecida com elementos cartográficos sobre as grandes migrações e invasões. É de exaltar a sua beleza e o seu rigor tipográfico. Também foi premiada pela Academia das Ciências.

CC: Novos trabalhos se seguiram...

ARF: Sim, não fiquei por aqui. Ao Prof. Lima de Carvalho ocorreu a magnífica ideia de que eu concentrasse a minha atenção na atualização da “Bibliografia Etnológica de Moçambique” que, como se sabe, cobriu o espaço temporal desde as origens até 1954. Oportunamente foi esse compromisso assumido pelo ofício n.º 15 Sec/658-K/80, datado de 19/3/1980, fixado o subsídio de 100.000\$00 e o prazo de um ano. Durante os três primeiros meses de 1981, dactilografei penosamente as fichas das novas referências. Por mero acaso, chegou ao meu conhecimento que a presidência da J.I.C.U. (Junta de Investigações Científicas do Ultramar) tinha sido entregue a um médico veterinário e que Lima de Carvalho já se não encontrava ao serviço. Ao arrepio da sua formação sacerdotal não teve a gentileza de me prevenir. Foram cerca de três meses praticamente perdidos. Nessa instância pedi para ser recebido pelo novo presidente a quem forneci pormenores sobre o trabalho em curso. Cruamente esclareceu que as bibliografias clássicas se tinham tornado obsoletas devido às inovações introduzidas pela informática. Qualquer investigador poderia utilizar Centros de Processamento de Dados para apurar as referências globalmente existentes. Assim sendo, sugeri que as minhas investigações fossem transferidas para outro objectivo. Acabou por concordar com uma “história pré-colonial de Moçambique”. Como ficou limitado a nove meses o tempo de conclusão, não me foi possível desenhar esboços cartográficos semelhantes aos que ilustram o livro anterior. Também pecou a qualidade da revisão. Mesmo diminuída, essa obra também foi galardoada pela Academia das Ciências.

CC: E também participou em reuniões científicas internacionais?

ARF: O sucesso que tiveram aquelas duas obras explicam o convite que me foi feito pelo almirante Teixeira da Mota para participar no “II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa” (20-24 outubro 1980) que decorreu nas instalações do Museu da Marinha, na

face mais ocidental do Mosteiro dos Jerónimos. Nele apresentei uma comunicação intitulada “Moçambique e os naturais da Índia Portuguesa” que foi publicada em 1985 e à qual foi dado o número 34 da minha bibliografia.

CC: Gostaria que nos falasse do projeto de microfilmagem dos documentos sobre Moçambique existentes em Portugal.

ARF: Foi em julho 1983 que se iniciou a minha participação no “Projecto de microfilmagem da documentação sobre Moçambique, existente em Portugal”. O convite foi formulado pela Dr.^a Inês Nogueira da Costa, diretora do Arquivo Histórico de Moçambique. Este projecto que, no meu caso se prolongou até maio 1988, foi financiado por uma organização sueca SAREC (Swedish Agency for Research Cooperation with Developing Countries). Os arquivos mais difíceis foram os da Marinha de Guerra e o da Companhia da Zambézia. O número total das imagens obtidas sob a minha responsabilidade ultrapassou a cifra de 620 mil. Exigiram um esforço considerável. Não tive conhecimento da atividade dos restantes colaboradores neste projeto. Tenho sugerido a todos os investigadores interessados em recolher pormenores sobre o resultado deste projecto que estudem com cuidado os meticulosos relatórios mensais que nunca deixei de elaborar e de remeter ao Arquivo Histórico de Moçambique. Devo acentuar a especial relevância de ter consumido, por felicidade, dois anos para microfilmar o assombroso arquivo da sede lisboeta da Companhia da Zambézia.

CC: E o que aconteceu ao arquivo da Companhia da Zambézia?

ARF: Não me canso de escrever e de relatar que, decorrido que foi algum tempo após o falecimento do Eng. Homero Branco, os dirigentes moçambicanos dessa empresa tomaram a decisão de vender o edifício e o respectivo terreno circundante. Naturalmente que os compradores exigiam a remoção de todo o recheio. Fui informado por um antigo empregado da Companhia que residia ainda num anexo, que viera de Moçambique um engenheiro chamado Fortes que cedo admitira ao seu serviço o pessoal e os meios para que a totalidade do recheio fosse lançada para o exterior através das janelas. Todos os destroços foram carregados em veículos de carga que partiram para destinos desconhecidos.

CC: Paralelamente continuou a fazer investigação. Quer destacar algumas dessas publicações e participações em encontros científicos?

ARF: Em meados de 1986 participei na semana dedicada a Moçambique pelo Centro de Estudos Africanos, da Universidade de Coimbra. Aí apresentei uma comunicação sobre os grupos étnicos (n.º 37 da bibliografia). Dois anos depois o mesmo organismo dedicou outra semana a Moçambique e foi aí que tive a oportunidade de ler e desenvolver uma comunicação sobre matéria de grande melindre, centrada nas causas do êxodo da população de origem europeia e asiática que se seguiu à entrega do poder político à FRELIMO. Esta comunicação foi publicada dois anos depois pelo referido Centro.

Durante o projecto da microfilmagem, também fui solicitado a participar no volume “*In memoriam* Vice-Almirante A. Teixeira da Mota” e na “I Reunião Internacional da História de África: Relação Europa-África no 3.º Quartel do Século XIX” (ambos em 1988). Esta última comunicação, intitulada “A sobrevivência do mais fraco” exigiu nada menos do que oito meses de consideráveis esforços. Quando solicitei á cartógrafa e organizadora Maria Emília Madeira Santos uma retribuição suficiente para cobrir as despesas efectuadas respondeu-me que não dispunha de verbas suficientes porque a hospedagem e a alimentação dos convidados estrangeiros fora muito dispendiosa. Apenas me poderia gratificar com 12.000\$00, quantia entregue aos estrangeiros para almoçarem. Isto levou-me a esclarecê-la que não contasse mais comigo para participar em reuniões semelhantes.

Também participei no IV Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa. Talvez devido ao crescente desinteresse por este tema, não foi publicado então um volume único contendo a totalidade das comunicações apresentadas. Ao que me parece parte delas foram tornadas públicas pelo periódico *Studia* (Lisboa, 1989). Dei à minha comunicação o seguinte título: “A Índia em alguns arquivos portugueses”. Para sua elaboração utilizei documentação inédita que já tinha descoberto durante a microfilmagem. Essa espécie de síntese cita perspectivas, competências e procedimentos inéditos. A título de exemplo menciono o facto das naturalizações concedidas a residentes estrangeiros serem lançadas nos códigos do Ministério do Reino que se encontravam no Arquivo Histórico do Ministério do Equipamento Social. Tanto quanto apurei, esta norma não se encontra citada nos Dicionários da História de Portugal.

Em 1990, quando me foi pedida participação na homenagem ao arqueólogo J. R. dos Santos Júnior, aproveitei o material que tinha acumulado durante as buscas documentais sobre as redes comerciais no Oceano Índico. Nele baseado, publiquei entre 1990 e 1996, os estudos que receberam os números 44 a 49 da minha bibliografia. Neste último ano os Anais da Universidade da Covilhã publicaram um ensaio da minha autoria, em inglês, sobre um tema diferente e bastante melindroso, ensaio que julgo não ter sido objeto de qualquer contestação: “A Educação dos Africanos no Moçambique Colonial”.

Em 1996, vi-me envolvido numa contenda que me deixou justamente indignado. Aconteceu que a Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses decidiu lançar um periódico trimestral enorme, dispendioso e naturalmente luxuoso a que deu o título de *Oceanos*. Dedicou o seu número 25, de janeiro/março 1996, à Ilha de Moçambique. O seu diretor-adjunto Rui Mateus Pereira, escreveu-me em 9 fevereiro 1996, uma carta pedindo a minha colaboração devendo o texto não exceder as 25 páginas e exigindo a sua entrega alguns dias depois, mais precisamente a 17! Receberia por essa façanha a módica quantia de 60.000\$00. Quem folheie as páginas desta publicação de luxo, não deixará de notar que Rui Pereira estava mais interessado nas imagens do que no texto. A ampliação colorida de muitos mapas, fotografias, desenhos e quadros, ocupava a esmagadora maioria do espaço. Os textos fornecidos pelos autores dispersavam-se, em letra miúda no meio dessas imagens gigantescas. Rui Pereira talvez porque o meu estudo não coubesse, decidiu, sem me dar conhecimento, recorrer ao expediente de efetuar grandes cortes e outras alterações. Por se tratar duma grosseira violação ao Código dos Direitos de Autor, apresentei uma queixa por intermédio do Contencioso da Sociedade Portuguesa de Autores. De nada me serviu.

Dois anos depois, os Anais de Ciências Humanas da Universidade da Covilhã, deram-me o prazer de publicar intacto e em língua inglesa, o estudo muito mais difícil e com trinta e sete páginas abrilhantadas com quadros estatísticos sobre “A Educação dos Africanos no Moçambique Colonial”.

O pequeno livro que teve por título *African Kingdoms and Alien Settlements in Central Mozambique (c. 15th – 17th Cent.)* tem uma história bastante complexa que abrangeu o período de 1995 até 1999. Baseou-se num projeto do Instituto de Arqueologia da Universidade de Uppsala, projeto dedicado às origens do urbanismo na África Austral. Depois de muitas diligências, esse meu estudo inédito, acabou por ser editado pelo Centro de Estudos Africanos que existia no Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra. Esse Centro concordou em participar por metade na quantia total exigida pela empresa tipográfica, com a condição de ficar com 80% dos exemplares. Devo acentuar que fui obrigado a suprimir grande parte dos anexos, inclusivamente, dos que tinham interesse cartográfico e até fotográfico.

CC: Sr. António Rita-Ferreira, muito obrigada pelo seu depoimento. Há algum aspeto do seu percurso que não tenha sido abordado e que gostasse de referir?

ARF: Creio ter respondido honesta e satisfatoriamente às questões que levantou. Não afasto a possibilidade de ter cometido lapsos e lacunas, tal como os restantes idosos com falhas de memória. Completarei em Novembro noventa anos, se ainda for vivo. Cumpri os deveres inerentes aos cargos que exerci. Sinto agora o chamado “alívio da obrigação finda”. Fiz parte dos milhares de agentes de execução que, a partir do nada, formaram uma nova nação, com assento nas Nações Unidas, com todas as modernas infra-estruturas necessárias ao seu desenvolvimento sustentado.

Não sinto saudades do meu passado colonial. Nem tão pouco guardo ressentimentos por ter sido espoliado de bens imóveis que tanto custara a meus pais. Latente em tudo quanto escrevi está a convicção de que a África deve pertence aos seus nativos. O meu desgosto profundo está na triste realidade de ir deixar o mundo dos vivos sem ter podido conhecer o país onde nasci. Mas, conhecer com a mesma minúcia erudita e carinhosa que sobressaía de Hermano Saraiva, nas suas saudosas preleções televisivas.

Faço votos de que estas respostas coincidam com as facetas da minha vida que julga poderem interessar aos historiadores.